

# FORMAÇÃO EM SERVIÇO

GUIA DE APOIO ÀS AÇÕES DO  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

*Formação para  
Professores Leigos*

4



# QUE FAZER COM OS PROFESSORES LEIGOS?

Nas décadas de 70 e 80, a expansão e extensão da escolaridade obrigatória do sistema público de ensino resultou numa demanda de professores muito maior que os disponíveis no mercado. Paralelamente, em função do desprestígio que a profissão vem sofrendo ao longo do tempo, e que se traduz sobretudo pelos baixos salários, houve uma diminuição significativa do número de pessoas interessadas pela carreira. Estes fatores levaram a um descompasso cada vez maior entre o crescimento da rede escolar e o número de professores devidamente habilitados e qualificados.

Para resolver o problema da falta de profissionais, alguns estados e municípios optaram pela contratação, em condições especiais, de professores não-habilitados que se sujeitam, muitas vezes, a trabalhar com contratos temporários recebendo salários inferiores aos de professores titulados. Se, por um lado, essa solução minimiza parte do problema, por outro, possibilita em algumas regiões do país, a prática de uma política clientelista, que traz para o magistério pessoas sem a menor qualificação e identificação com a profissão.

Para entender melhor a dimensão dessa questão é preciso saber que dos 1,3 milhão de docentes que atuam no ensino fundamental brasileiro, 300 mil são leigos. Apesar de haver professores leigos trabalhando em todo o país, é nas áreas rurais das regiões norte, nordeste e centro-oeste onde se concentra o maior número deles.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério esclarecem que são leigos os que atuam no magistério – em qualquer grau de ensino – não estando devidamente habilitados. O Fundo estabelece prazos para a habilitação de todos os leigos que atuam no sistema, indicando recursos para promover sua capacitação<sup>1</sup> e titulação.

As soluções encontradas pelos Estados do Mato Grosso e do Pará e pelo município de Senador Modestino Gonçalves (MG), para a questão dos professores não-habilitados, constituem um referencial para a reflexão sobre o problema e apontam caminhos fornecendo pistas para a atuação dos dirigentes que buscam melhorar a qualidade do ensino público.

---

<sup>1</sup> Lei nº 9.424/96, Art. 7º, Parágrafo Único e Art. 9º, Parágrafos 1º, 2º e 3º.

# A experiência de Senador Modestino Gonçalves (MG)



SENADOR MODESTINO  
GONÇALVES (MG)



ESCOLAS ESTADUAIS	3
ESCOLAS MUNICIPAIS	23
PROFESSORES ESTADUAIS	38
PROFESSORES MUNICIPAIS	47
TAXA DE REPROVAÇÃO - ESTADUAL	6,7%
TAXA DE REPROVAÇÃO MUNICIPAL	17,0%
TAXA DE ANALFABETISMO (POPULAÇÃO ENTRE 15 E 19 ANOS) NOS ESTADOS/95	3,6%
TAXA DE ANALFABETISMO (TOTAL DA POPULAÇÃO) NOS ESTADOS/95	14,1%

*A Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina desenvolve um programa destinado aos professores leigos de Modestino Gonçalves*

**S**enador Modestino Gonçalves é um pequeno município de Minas Gerais localizado no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do país. A maioria de seus 5.300 habitantes vive na zona rural, em pequenas propriedades e está organizada em 17 Associações Comunitárias, que constituem a Federação das Associações Comunitárias. É grande a mobilização em torno das questões da Educação na região. A comunidade controla a frequência de alunos, o atendimento à demanda, o fornecimento da merenda etc..

A rede municipal possui 23 escolas rurais e atende cerca de 700 alunos de pré a 4ª série, com uma equipe de 47 professores.

Em 1991 um diagnóstico realizado pela administração municipal revelou, entre outros fatos, que a maioria dos professores em exercício era leiga. Para enfrentar os problemas detectados, uma das primeiras ações da administração foi estabelecer parcerias com o Governo do Estado, com a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA) e com a Federação das Associações Comunitárias.

Em 1993, a FAFIDIA apresentou o Projeto de Atualização e Aperfeiçoamento de Professores Rurais, destinado aos professores leigos em exercício na rede municipal visando melhorar a atuação pedagógica e estreitar as relações da escola com a comunidade.

Para coordenar o Projeto formou-se uma equipe composta pelo prefeito da cidade, seis docentes da Faculdade de Diamantina, o chefe e duas funcionárias do Departamento de Educação do Município (que corresponde à Secretaria de Educação).

## A organização do Projeto de Formação

São quatro as linhas de intervenção do programa desenvolvido no município: cursos, acompanhamento dos professores à distância, visitas às escolas e participação nas reuniões da Federação das Associações Comunitárias.

**CURSOS** bimestrais, com carga horária de 40 horas e dois enfoques:

- Áreas do currículo – abrangendo os conteúdos de português/alfabetização, matemática, história, geografia e ciências. Têm a finalidade de aprofundar conhecimentos e estudar metodologias mais adequadas a cada área.
- Formação geral – visa criar condições para que o professor amplie a compreensão da realidade em que atua e o instrumentalize para atuar numa abordagem interdisciplinar integrando conhecimentos das diversas áreas. Trabalha temas significativos para a comunidade tais como o resgate da história local, a valorização dos saberes da população rural e a preservação do meio ambiente.

**ACOMPANHAMENTO À DISTÂNCIA** – garante o vínculo entre os capacitadores e o público alvo. Nos intervalos entre um curso e outro os professores recebem da Universidade, através do correio, uma correspondência contendo os objetivos e conteúdos do curso que se encerrou, assim como novos textos e sugestões de atividades que podem realizar em sala de aula.

**VISITAS ÀS ESCOLAS** – feitas bimestralmente pelos coordenadores do Projeto, para coletar dados e informações, que são, posteriormente, objeto de análise e reflexão para planejar a continuidade do programa. As visitas também servem para coletar informações sobre as condições físicas das escolas. Estas são fornecidas ao Departamento de Educação que providencia as ações necessárias para garantir a manutenção da rede.

**REUNIÕES DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS** – funcionam também como espaços de formação dos professores. Alguns temas trazidos pelas lideranças rurais são selecionados, e discutidos posteriormente com os professores no curso de formação geral. Por outro lado, muitas questões que extrapolam a responsabilidade da escola, como por exemplo o trabalho infantil e a evasão escolar, são discutidas com os representantes da comunidade organizada, buscando compartilhar as decisões.

Os reflexos do programa desenvolvido através das parcerias entre o município, a universidade e os representantes da sociedade civil organizada podem ser observados na significativa mudança dos índices de evasão e repetência.

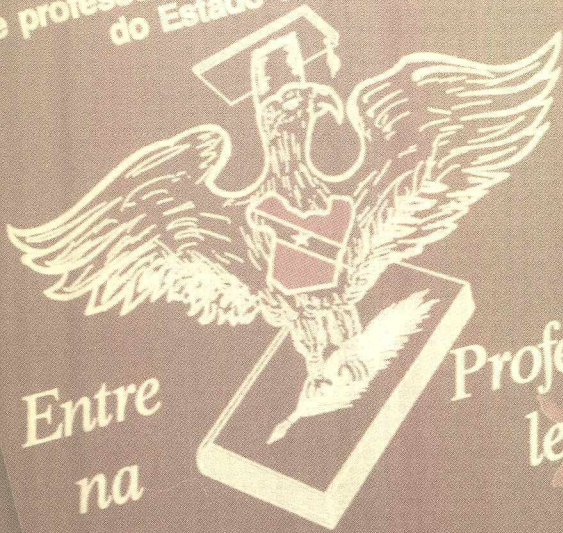
	1991	1993	1996
APROVAÇÃO	50%	56%	71%
EVASÃO	31%	22%	12%
REPROVAÇÃO	—	22%	17%

A participação da comunidade rural nas questões da qualidade da Educação vem contribuindo significativamente para a compreensão do conceito de cidadania e para a consciência dos direitos e deveres da população em relação à Educação.

# A experiência do Pará

## PROJETO GAVIÃO

Capacitação e habilitação de professores leigos da zona rural do Estado do Pará



Entre na luta

Professor leigo

Convênio n. 58/92 UFPA/SEDUC  
Apoio: Prefeituras Municipais  
UFPA /Pró-Reitoria de Extensão



ESCOLAS ESTADUAIS	13
ESCOLAS MUNICIPAIS	55
PROFESSORES ESTADUAIS EM PONTA DE PEDRAS	69
PROFESSORES ESTADUAIS NO ESTADO	24.410
PROFESSORES MUNICIPAIS EM PONTA DE PEDRAS	100
PROFESSORES MUNICIPAIS NO ESTADO	18.045
TAXA DE REPROVAÇÃO NA REDE ESTADUAL	17,5%
TAXA DE REPROVAÇÃO NA REDE MUNICIPAL	11,4%
TAXA DE ANALFABETISMO (POPULAÇÃO ENTRE 15 E 19 ANOS) NO ESTADO EM 95	4,0%
TAXA DE ANALFABETISMO (TOTAL DA POPULAÇÃO) NO ESTADO EM 95	12,7%

A maioria da população do Pará vive isolada, com dificuldades de acesso à saúde, à educação e aos bens culturais. Um diagnóstico realizado em 1989 apontou que, da população urbana com idade acima de 10 anos, mais da metade tinha escolaridade apenas até a 4ª série e menos de 30% possuía o 1º grau completo. De um total de 15 mil professores, 10 mil viviam e atuavam na zona rural e, destes, cerca de 70% sequer haviam completado o 1º grau.

*A Universidade do Pará criou o Projeto Gavião para eliminar o professor leigo do sistema de ensino do Estado*

Para reverter esse quadro, a Universidade Federal do Pará (UFPA) elaborou e implantou o Projeto Gavião, com o objetivo de qualificar (Gavião I) e habilitar (Gavião II) o professor leigo em exercício de modo a eliminar essa categoria do sistema de ensino público.

Divulgado e discutido em seminários da UFPA com secretários municipais de educação, diretores de Unidades Regionais e diretores de escolas, o Projeto, realizado em parceria com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) começou a se expandir, a partir de 1992, para todo o Estado. Nesse mesmo ano foi estabelecido um convênio entre a UFPA, a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC), o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias da Educação dos municípios envolvidos.

A Universidade assumiu a coordenação e a supervisão do Projeto Gavião, arcando também com passagens e diárias de seus professores; a SEDUC responsabilizou-se pelos encargos sociais, utilizando-se da verba fornecida pela Fundação de Assistência ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa (FADESP); o Ministério de Educação alocou recursos para ajudar a custear o Projeto e as prefeituras responsabilizaram-se pelo alojamento, alimentação dos docentes e dos professores-alunos, e também os custos de um coordenador local para os cursos.

## O Projeto Gavião

*O currículo do Projeto Gavião é semelhante ao do ensino supletivo*

Os cursos do Projeto Gavião são organizados em etapas, distribuídos nos períodos de férias e recesso escolar, e têm lugar nas sedes dos municípios de maior densidade populacional. O Gavião I tem cinco etapas e dura dois anos e meio, o Gavião II é mais longo, tem oito etapas com duração de quatro anos.

A grade curricular do Gavião I é semelhante à do ensino supletivo de 1º grau, com o acréscimo da disciplina Fundamentos da Educação. O Gavião II tem uma grade semelhante à do curso de Magistério. A equipe que trabalha no projeto é constituída por um coordenador geral, um coordenador adjunto e um assessor, vinculados à SEDUC; um coordenador local e secretário, vinculados às Secretarias de Educação dos municípios envolvidos. O coordenador local é o responsável pelo Projeto no município, cabendo-lhe apoiar e



assessorar os docentes da universidade na adequação do trabalho às condições da clientela e às características da região.

Os professores que atuam nos cursos Gavião I e II possuem licenciatura plena ou curta e são selecionados e contratados pela SEDUC entre aqueles que moram no município onde ocorre o curso. A participação da SEDUC favorece o desenvolvimento de cursos em municípios pobres que não podem assumir os gastos com a contratação de professores.

## O Projeto Gavião em Ponta de Pedras

*Até 1998 todos os professores deverão estar plenamente habilitados*

Ponta de Pedras é um dos municípios paraenses onde o Projeto Gavião vem obtendo sucesso inquestionável. Dos 84% dos professores que em 1992 não haviam completado o 1º grau, restavam em 1995 apenas 19%.

A administração de Ponta das Pedras reconhece o projeto Gavião como peça fundamental na política de valorização do professor, e procura acompanhar de perto seu desenvolvimento e a avaliação, bem como as situações que possam se constituir em obstáculos para participação dos professores-alunos. Procurando incentivar e estimular a frequência ao programa e, numa ação de valorização daqueles que se inscrevem no Projeto, substituiu-se a denominação “professor leigo” por “professor assistente”, quando da inscrição do profissional no Gavião.

O Projeto Gavião expandiu-se para 83% dos municípios do Pará e em três deles já não há mais professor sem habilitação. O relatório de 1995 indica que as modalidades Gavião I e Gavião II estão implantadas em 107 municípios, mobilizando 531 docentes e atendendo cerca de 9.877 professores-alunos. A coordenação do Projeto prevê que, se houver continuidade do apoio financeiro, em 1998 o Pará não terá mais professores leigos.

# A experiência do Mato Grosso

Escola Municipal de 1º Grau  
O Grande.  
DATA - 30-11-94

AVALIAÇÃO DA VISITA DA SUPERVISÃO  
ESCOLA.

SEMPRE QUE A SUPERVISÃO VISITA AS  
ESCOLAS, É PARA NOS TRAZER AL-  
GUMAS INFORMAÇÕES DE SECRETARIA  
DE EDUCAÇÃO, ESTAS VISITAS SÃO MUI-  
TO IMPORTANTES, POIS OS PROFESSORES  
IMPÕEM OS PROBLEMAS QUE ESTÃO  
OCORRENDO NA ESCOLA, NA QUAL  
TRABALHA. A SUPERVISÃO NOS ORIENTA  
COMO RESOLVER, OU PROCURAR MEIOS  
DE RESOLVER OS PROBLEMAS QUE  
A ESCOLA ENFRENTA. A SUPERVISÃO TEM  
QUE VISITAR AS ESCOLAS COM MAIS FREQUÊNCIA

Ass:

RAIMUNDO RIBEIRO



MATO GROSSO

ESCOLAS ESTADUAIS	02
ESCOLAS MUNICIPAIS	20
PROFESSORES ESTADUAIS NO ESTADO	11.484
PROFESSORES ESTADUAIS EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	59
PROFESSORES MUNICIPAIS NO ESTADO	7.552
PROFESSORES MUNICIPAIS EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	80
TAXA DE REPROVAÇÃO REDE ESTADUAL	11,7%
TAXA DE REPROVAÇÃO REDE MUNICIPAL	8,4%
TAXA DE ANALFABETISMO (POPULAÇÃO ENTRE 15 E 19 ANOS) NO ESTADO EM 95	2,9%
TAXA DE ANALFABETISMO (TOTAL DA POPULAÇÃO) NO ESTADO EM 95	15,3%

*O Projeto Inajá resulta da soma de esforços da Secretaria Estadual, Secretarias Municipais e da UNICAMP*

**E**m virtude de sua grande dimensão territorial, alto índice de crescimento, baixa densidade populacional e inexistência de infraestrutura, o Estado do Mato Grosso apresenta graves problemas no sistema educacional: os analfabetos representam 16% da população, 23% das pessoas não concluíram o antigo primário e 37% têm o 1º grau incompleto; a evasão e a repetência na 1ª série somam 39,9%, e na 5ª série atinge 43,8%. A situação dos professores não é melhor: 10% completaram o 1º grau ou sequer o completaram; 42% concluíram o magistério e somente 34% cursaram licenciaturas específicas.

Num esforço conjunto da Secretaria Estadual, das delegacias regionais, e de secretarias municipais da Educação, desde 1987, sob a coordenação do Núcleo Interdisciplinar para Melhoria do Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, vem se desenvolvendo o Projeto Inajá, destinado a habilitar os professores leigos que atuam na rede – principalmente em escolas rurais e indígenas.

Representantes das diversas instâncias signatárias do Projeto partilham responsabilidades na implantação, execução e acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas. Coordenadores regionais são responsáveis pela organização e acompanhamento das diferentes etapas em cada sede.

## **A organização do Projeto Inajá**

*O Inajá se apoia no resgate da qualidade e na valorização da cultura indígena*

O programa é organizado em módulos intensivos e intermediários. Os módulos intensivos ocorrem nos meses de férias escolares em dois municípios-sede aonde se reúnem os professores-alunos sob a orientação de professores universitários. Nesses momentos são estudados os conteúdos específicos das diversas disciplinas que compõem o currículo do curso. Os módulos intermediários, são distribuídos ao longo do ano letivo nos respectivos municípios, sob a coordenação de monitores selecionados entre os supervisores de ensino da rede pública, que também participam dos cursos e recebem orientação específica dos docentes da UNICAMP. No decorrer do ano são promovidos alguns encontros regionais onde os professores reúnem-se para fazer intercâmbio de suas experiências e aprofundar seus conhecimentos, sob a supervisão do monitor.

O Inajá é um curso de habilitação para o magistério cujo enfoque é o resgate da oralidade e o registro da cultura indígena, elemento presente na região. Tem uma grade curricular que inclui disciplinas de formação básica e especial, totalizando 2.650 horas, distribuídas em três anos.

O currículo é aberto e permite a inclusão de novas disciplinas, este é o caso de Problemas e Soluções para o Sertão do Araguaia (PSSA), disciplina voltada para o estudo da realidade local, que foi incorporada à grade curricular.

## Licenciaturas Parceladas

Inspirada no Projeto Inajá, a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) criou as Licenciaturas Parceladas, oferecendo cursos nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, Matemática, Ciências Biológicas e Ciências da Educação (Pedagogia), para habilitar professores em nível de 3º grau.

As Licenciaturas Parceladas distinguem-se dos cursos regulares não só em virtude de sua estrutura curricular e de seu funcionamento, como também em seu aspecto político-administrativo, já que têm origem na parceria entre os municípios, UNEMAT e o governo estadual.

Todos os cursos oferecidos pela Licenciatura Parcelada adotam o mesmo sistema de funcionamento: dois módulos e cinco etapas anuais, sendo três intensivas e duas intermediárias.

### Os cursos são realizados nas férias e em período integral

*Os professores-alunos ficam alojados no município sede do Campus Universitário*

As etapas intensivas somam 75% da carga horária e ocorrem no período de férias escolares para possibilitar a participação dos professores de todas as redes. Nesses períodos, os professores-alunos ficam alojados no município-sede do campus da Universidade em período integral para aulas teóricas, seminários, estudos orientados e pesquisas de campo.

Nas etapas intermediárias os professores-alunos realizam levantamento bibliográfico, leituras, estudo de atividades complementares e pesquisas de campo.

O módulo de formação fundamental básica compreende os dois anos iniciais do curso, totalizando 1.530 horas de atividades. Visa a formação política e a tomada de consciência da realidade regional em que a universidade se insere. A formação específica corresponde à habilitação escolhida, totalizando as horas de atividades legalmente estipuladas.

A prática do estágio obrigatório que ocorre durante a etapa de formação específica dos cursos, compreende o desenvolvimento de pesquisa sobre o sistema de ensino regional, as metodologias de ensino das áreas enfocadas nos cursos, a observação, coleta, sistematização e análise dos dados e diagnóstico da situação educacional, com propostas para a superação dos problemas.

Os cursos têm provocado mudanças nos modos de olhar e de se inserir no mundo e, há entre os professores, uma tendência comum na maneira como se apropriam e utilizam a formação recebida em seu trabalho diário na escola. Há transformações significativas em vários aspectos do trabalho em sala de aula: na metodologia, na avaliação, na relação com a comunidade escolar, nas alterações curriculares que enfocam a realidade da região e na construção de um trabalho coletivo.

# Aprendendo com as experiências


Escola Municipal de São João  
Goiânia  
Data = 30-11-94

Relatório da visita da supervisão  
escola

Sempre que a supervisão visita as  
escolas, é para nos trazer al-  
tunas informações de secretaria  
de educação, sobre situações mi-  
to importantes, pois os professores  
impõem os problemas que estão  
ocorrendo na escola, na qual  
trabalha. A supervisão nos orienta  
como resolver os problemas que  
a escola enfrenta, ou procura meios  
que visem a escola com mais frequência.

Ass:  
Raimundo Fábio

**PROJETO GAVIÃO**  
Capacitação e habilitação  
de professores leigos na zona rural  
do Estado de Goiás




Entre  
na  
luta


Professor  
leigo

Convênio n. 58/92 UFPA/SEDUC  
Apoio: Prefeitura Municipal  
UFPA/Pro-Reitoria de Extensão

Município  
de  
Senador Modestino Gonçalves - MG



**Realidade &  
Potencialidades  
1993**



ARQUIVO GENPEC

**C**onhecer melhor o contexto antes de elaborar uma política de formação em serviço para os profissionais da rede, foi um aspecto comum às ações desenvolvidas pelos Estados do Mato Grosso, Pará, particularmente Ponta de Pedras e no município de Senador Modestino Gonçalves (MG). As administrações inicialmente fizeram um diagnóstico da situação educacional em suas respectivas regiões, que detectou a existência de vários problemas. Dentre eles, um número elevado de professores leigos atuando no sistema público de ensino.

## Como fazer um bom diagnóstico?

Fazer o diagnóstico da rede é uma ação trabalhosa que requer uma série de cuidados. Quando bem feito, permite delinear o panorama da situação do ensino, e assim, estabelecer as prioridades das ações político-administrativas. Para que o diagnóstico seja eficiente e cumpra seu papel, é necessário definir claramente o que vai ser investigado: delimitar a abrangência da investigação.

*O diagnóstico desenha a realidade do público-alvo, suas necessidades e expectativas*

Um quadro com o número exato de professores da rede e de seu nível de escolaridade, embora fundamental, não é suficiente. É preciso saber também a faixa etária média, o número de não-habilitados, o tempo de atuação no magistério, como e por quê foram admitidos no sistema, o local onde trabalham, o grau de entrosamento com a comunidade.

Uma vez coletados os dados, é preciso analisá-los, procurando estabelecer relações entre eles, de maneira que possibilitem uma maior compreensão da realidade local. Por exemplo, um quadro indicando a existência de uma maioria de professores com pouco tempo na rede, baixa escolaridade e indicados através de apadrinhamento político, é muito diferente da situação de um número significativo de professores leigos com 5 ou 6 anos de escolaridade e muita experiência no ensino em classes multisseriadas.

Algumas vezes é importante também utilizar informações de instituições, como IBGE, para obter dados gerais a respeito do índice de analfabetismo, do grau médio de escolaridade na região, meios de transporte etc.. No caso das experiências registradas, a informação sobre a baixa densidade populacional e o baixo nível de escolarização da população foram fatores que influenciaram a decisão de proporcionar programas para habilitar ou oferecer formação em serviço para os professores-leigos, tendo como hipótese que estas ações resultariam em melhorias na qualidade do ensino.

As ações realizadas em Senador Modestino Gonçalves, Ponta de Pedras e no Estado do Mato Grosso levaram em conta a grande dificuldade de, a curto prazo, substituir os professores leigos por

professores habilitados e, também, a necessidade de baixar os índices de reprovação e evasão escolar. Outros fatores que influenciaram a decisão de investir no professor-leigo foram: a boa aceitação dos professores não habilitados pela comunidade e, principalmente, a experiência desses docentes com classes multisseriadas e seu conhecimento da realidade.

## Parcerias viabilizam as ações

A habilitação de professores no 2º ou 3º grau está fora da alçada do município – é responsabilidade dos governos estadual ou federal.

Considerando-se, no entanto, a precariedade da situação do ensino no Brasil, é desejável que as diferentes instâncias governamentais e não-governamentais atuem em parcerias envolvendo universidades e a comunidade em geral na solução dos problemas básicos do ensino público. São as parcerias que podem tornar realidade as propostas e projetos de formação dos profissionais da educação. Foi o que aconteceu nas três experiências aqui registradas:

*A habilitação do professor, embora esteja fora da alçada do município, pode ser resolvida através de parcerias entre as diversas instâncias do governo*

- O município de Senador Modestino Gonçalves efetivou parcerias com a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, e com a comunidade rural, representada pela Federação das Associações Comunitárias do Município;
- O Estado do Pará estabeleceu parcerias com a Universidade Federal do Pará, com o MEC e com as secretarias municipais da Educação que aderiram ao Projeto, caso do município de Ponta de Pedras;
- O Estado do Mato Grosso estabeleceu parcerias com a Unicamp, a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) e as prefeituras que se vincularam aos Projetos Inajá (2º grau) e Licenciatura Parcelada (3º grau).

## Os objetivos determinam as ações do programa

A definição dos objetivos é o momento mais importante da elaboração de um programa ou plano de ação. Deles derivam estratégias, procedimentos, conteúdos e, conseqüentemente, resultados. Os objetivos são também o referencial para a avaliação do trabalho e, por isto, devem estar diretamente relacionados aos problemas que se pretendem superar.

As experiências analisadas, mostram a estreita relação entre objetivos e resultados:

### PROJETO DE SENADOR MODESTINO GONÇALVES

- Objetivo – capacitar e valorizar os professores; combater a evasão e integrar a escola e a comunidade.

- Resultados – queda nos índices de evasão escolar de 31% (1991) para 12% (1996); apoio concreto e sistemático da comunidade à escola e mudança significativa na atuação do professor.

### PROJETO GAVIÃO EM PONTA DE PEDRAS

- Objetivo – qualificar (Gavião I) e habilitar (Gavião II) o professor leigo em exercício na zona rural.
- Resultado – dos 84% dos professores que não haviam sequer concluído o 1º grau em 1992, restavam, em 1995, apenas 19% por habilitar.

### PROJETO INAJÁ E LICENCIATURA PARCELADA DE MATO GROSSO

- Objetivo – habilitar professores rurais das séries iniciais em exercício; possibilitar aos professores o conhecimento mais pertinente do contexto em que atuam.
- Resultados – não há dados quantitativos para análise, mas as observações e os depoimentos dos envolvidos nos projetos Inajá e Licenciatura Parcelada indicam mudanças qualitativas nas concepções de ensino.

*Um programa de formação prevê metas, objetivos, conteúdos e estratégias; todas as ações são coesas e articuladas entre si*

O sucesso de um programa de formação decorre do estabelecimento prévio de metas, objetivos e principalmente da perfeita articulação entre as diferenças desde o diagnóstico até a avaliação do impacto na escola. É preciso portanto caracterizar o público alvo, planejar a estrutura e o funcionamento das ações, o currículo, a metodologia, a avaliação e tomar as providências legais de valorização do profissional de ensino, considerando os objetivos que se pretende alcançar e o contexto em que o projeto irá se desenvolver.

## Calendário adaptado à realidade regional

As três experiências analisadas consideraram a dispersão e o isolamento dos professores não-habilitados que atuam principalmente nas zonas rurais. Diante desse fato e de que, nos períodos letivos convencionais, professores-alunos não teriam condições de frequentar cursos regulares, foram organizados calendários especiais de acordo com cada realidade.

*O calendário dos encontros respeita a realidade local, criando condições que facilitam a frequência ao programa*

Senador Modestino Gonçalves oferece aos professores da rede municipal quatro cursos bimestrais, concentrados em uma semana, cada um com duração de 40 horas. Para repor o período em que estão fora da sala de aula, os professores trabalham aos sábados.

Ponta de Pedras desenvolve os cursos por etapas, nos períodos de férias e recesso escolar.

Mato Grosso divide os cursos em dois momentos: etapas intensivas, correspondendo aos meses de férias escolares, e etapas intermediárias que ocorrem durante o período letivo.



Essa distribuição das ações com espaços de tempo regulares entre os módulos, permite que os professores coloquem em prática o que foi discutido nos cursos e reflitam sobre os resultados, trazendo os avanços e os problemas para serem discutidos nos encontros seguintes. Visando superar o isolamento do trabalho e estabelecer vínculos entre os professores, cada programa buscou uma forma própria para aproximá-los.

A cada dois meses um dos responsáveis pelo Projeto de Senador Modestino Gonçalves visita os professores-alunos em suas escolas. Nos intervalos entre os cursos, a equipe do Projeto envia aos professores um envelope com o resumo dos objetivos e das principais atividades do curso que se encerrou, xerox de capítulos do livro utilizado e sugestões de atividades.

A Secretaria Municipal, na figura do coordenador local do Projeto Gavião em Ponta de Pedras, acompanha o plano de ensino e as avaliações dos professores-alunos em encontros com os docentes dos cursos.

Durante os intervalos entre as ações do Projeto Inajá no Mato Grosso, os coordenadores locais organizam encontros pedagógicos para intercâmbio de experiências entre os professores, estudos em grupos para aprofundamento de conteúdos e estágios do monitor do programa nas salas de aula. Nas Licenciaturas Parceladas (MT) o trabalho dos alunos é acompanhado pelo coordenador local, através dos meios de comunicação disponíveis e de visitas aos municípios.

Os programas Inajá e Gavião que oferecem habilitação, selecionam os conteúdos e as metodologias de modo a atender aos objetivos estabelecidos e as orientações legais do MEC.

Os projetos de Senador Modestino Gonçalves e do Mato Grosso têm enfatizado a formação geral do professor. Este aspecto é contemplado com disciplinas específicas destinadas a ampliar a compreensão do professor-aluno sobre a realidade em que vive e atua. O curso "Formação Geral" de Modestino Gonçalves é desenvolvido através de temas de interesse manifestados pelos professores-alunos. A preocupação básica desta ação é ampliar horizontes através da articulação dos conteúdos das várias áreas do conhecimento.

O Projeto Inajá (MT), desenvolve o componente curricular "Problemas e Soluções para o Sertão do Araguaia" através de enfoque multidisciplinar, visando proporcionar conhecimentos do contexto rural-indígena para que o professor possa intervir nos problemas da comunidade.

No Projeto Licenciaturas Parceladas o módulo de formação básica compreende os dois anos iniciais do curso. O objetivo desta organização é oferecer aos professores-alunos uma formação que lhes permita tomar consciência da realidade na qual atuam.

*O planejamento dos conteúdos e da metodologia decorrem dos objetivos do programa*

## Saber prévio do professor-aluno é o ponto de partida

A experiência e os conhecimentos anteriores dos professores, bem como sua prática, aparecem como preocupações centrais dos programas analisados.

*“Durante o curso os alunos são tratados como profissionais, suas dúvidas são esclarecidas e todos os exercícios e exemplos estão voltados para a situação de sala de aula.”*

**Coordenador do Projeto de Ponta de Pedras**

*“É uma concepção de currículo que leva em consideração tudo o que acontece na escola e que interfere no processo de transmissão, apropriação e ampliação do saber.”*

**Coordenação do Projeto de Mato Grosso**

O programa de formação se reflete rapidamente na atuação dos professores-alunos, quando lhes são proporcionadas oportunidades de vivenciar e refletir sobre novas práticas

*“Os professores possuem conhecimentos que merecem ser respeitados e devem constituir ponto de partida dos trabalhos.”*

**Técnico do Depto. de Ensino de Senador Modestino Gonçalves**

Os conteúdos e metodologias, utilizados nos cursos de formação continuada, refletem-se rapidamente na atuação do professor em sala de aula quando são proporcionadas as condições que favorecem ao professor-aluno apropriar-se deles. Solicitar ao professor que considere os conhecimentos prévios dos alunos como ponto de partida para construção de novos saberes, só faz sentido quando ele próprio pode vivenciar essa experiência.

## A valorização do professor

Projetos de habilitação e formação quando articulados a outras medidas, propiciam condições para a valorização do professor e melhoria da qualidade do ensino.

Nas experiências analisadas, algumas ações administrativas revelam uma preocupação com a valorização do professor.

Em Senador Modestino Gonçalves, os docentes que possuem habilitação recebem um adicional de 25%.

Em Ponta de Pedras, a criação de um plano de cargos e salários incentivou a qualificação dos profissionais do ensino. A administração oferece um incentivo de 40% sobre o salário para professores habilitados que assumem classes na zona rural.

No Mato Grosso, a Secretaria de Educação está reformulando o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreiras e Salários.

## Avaliação e replanejamento

*Mudanças significativas na qualidade do ensino ocorrem quando há condições favoráveis para o desenvolvimento do trabalho coletivo no interior da escola*

De uma forma geral, os programas de formação em serviço têm dado grande importância à avaliação das ações dos projetos feita pelos próprios participantes, ao final de cada etapa ou ao final do curso. Saber se o público-alvo gostou ou não do conteúdo tratado, das estratégias utilizadas, da atuação do monitor, certamente é importante.

Mas, considerando que o objetivo principal dos programas de formação em serviço é o de favorecer o sucesso escolar de todos os alunos, é preciso também acompanhar e avaliar seus reflexos na atuação do profissional dentro da escola. Estas informações, cuidadosamente analisadas, são subsídios para o replanejamento das ações.

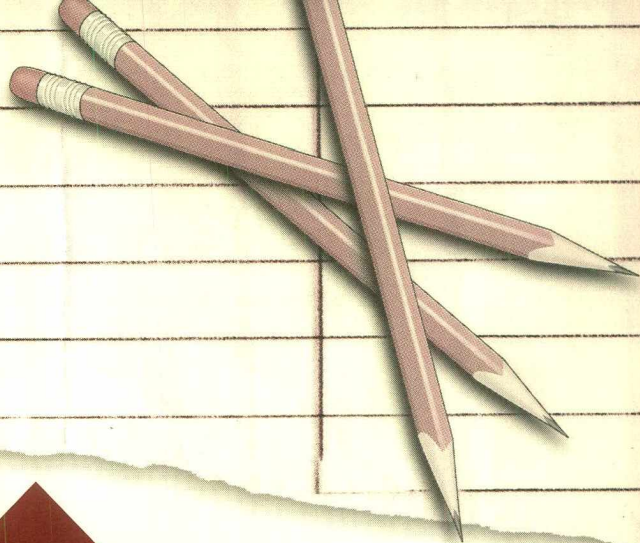
É importante lembrar, no entanto, que formação em serviço e melhores salários não são suficientes para alterar de modo significativo as relações pedagógicas no interior da escola e muito menos o panorama da educação do Município e do Estado.

Mudanças significativas no projeto de escola só acontecem quando as condições para a construção do trabalho coletivo são favoráveis. Cabe à Secretaria da Educação garantir a infra-estrutura capaz de promover o desenvolvimento da consciência da comunidade envolvida e mobilizá-la nessa direção.

Em Modestino Gonçalves, Ponta de Pedras e Mato Grosso pode-se observar que as ações desenvolvidas pelas administrações provocaram o aumento de matrículas novas e diminuição nos índices de evasão. Não se constatam, porém, mudanças significativas nos índices de repetência. Embora este não seja o único indicador de mudanças, é um dos mais importantes para a avaliação dos programas de formação em face da gravidade do quadro educacional no Brasil. É imprescindível garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, mas não é suficiente. Diversas ações devem promover oportunidades de sucesso iguais para todos os alunos.

## Respondendo à questão

Habilitar ou substituir os professores leigos é uma decisão que depende de uma análise profunda sobre o perfil desses profissionais e do número de professores habilitados disponíveis na região. Ou seja, é importante obter algumas informações sobre os professores leigos tais como: grau de escolaridade, aceitação pela comunidade, tempo de exercício na rede, experiência com classes multisseriadas, e outras. Paralelamente, os dados sobre a existência de profissionais habilitados na região poderão ajudar a decidir sobre qual a solução mais adequada à realidade de cada município.



## LEMBRE-SE

◆

O diagnóstico da realidade educacional do município ou da região vai permitir ao dirigente selecionar adequadamente as ações que poderão melhor resolver os problemas.

◆

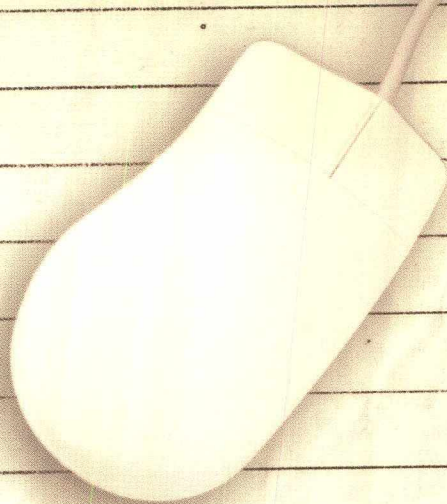
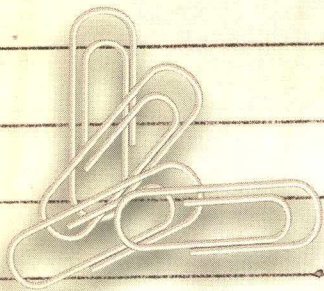
Parcerias abrem canais diretos entre a administração local, instituições governamentais e/ou segmentos organizados da população local e permitem dividir responsabilidades nas ações voltadas aos alvos propostos pela política educacional.

◆

Os resultados das ações são decorrentes dos objetivos e das metas estabelecidas. Portanto é preciso definir claramente o que se pretende antes de desencadear as ações.

◆

Convênios entre as secretarias municipais e estaduais de Educação e/ou com universidades podem ser a solução para viabilizar cursos de habilitação para os professores leigos que já atuam na rede.



◆

É importante oferecer um programa de formação em serviço que proporcione ao professor leigo a habilitação, visando a regularização funcional, o progresso na carreira e, ao mesmo tempo, que qualifique seu desempenho profissional .

◆

Visitas de orientadores, supervisores e capacitadores do programa de formação às escolas rurais, proporcionam apoio aos professores nos intervalos entre encontros e orientam sua atuação em sala de aula, estreitando o vínculo com a instituição organizadora.

◆

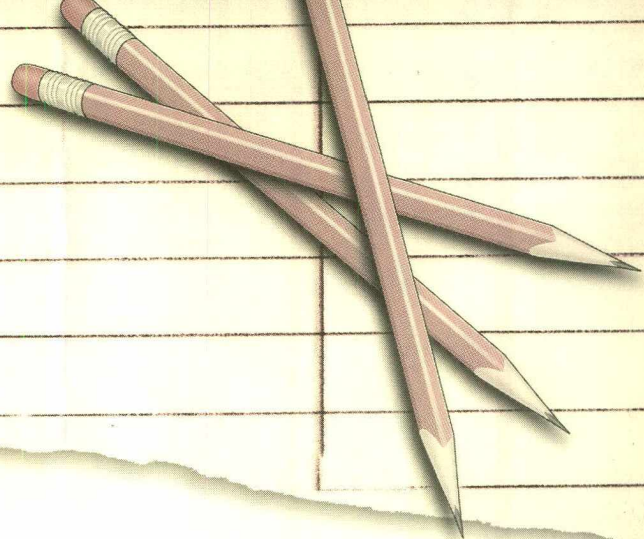
Os cursos de habilitação e de formação profissional precisam levar em conta os conhecimentos prévios, a vivência e os interesses do professor-aluno, ampliando as possibilidades de mudanças na prática pedagógica.

◆

A organização do calendário das ações de formação precisa compatibilizar a frequência dos professores com os dias letivos de trabalho escolar.

◆

Subsídios, transporte e/ou bolsas de estudo são incentivos que favorecem o acesso aos cursos de magistério e às ações de formação em serviço, seja no próprio município ou em municípios vizinhos.



◆  
É importante que os programas de formação selecionem conteúdos significativos para a população, valorizem a história local e o saber popular, dialogando com a realidade do município.

◆  
O acompanhamento sistemático e regular dos projetos de habilitação e capacitação promovem mudanças mais efetivas na atuação do professor.

◆  
Piso salarial diferenciado para professores habilitados e a carreira de magistério definida em lei constituem estímulos concretos para busca pela habilitação.

## PARE & PENSE

◆  
A valorização do professor não pode ficar apenas no discurso da importância social do seu trabalho. Providências concretas precisam ser tomadas no que se refere ao Estatuto do Magistério e ao piso salarial recomendado pelo Ministério da Educação.

◆  
Todo programa de habilitação ou capacitação de professores deve ter como referencial básico a atuação do professor e o desempenho dos alunos em sala de aula.

◆  
A sociedade considera ilegal o exercício de trabalho especializado por profissionais não-habilitados. O profissional do ensino não é diferente dos demais. Portanto, para poder atuar em sala de aula é necessário que o professor esteja legalmente habilitado, conforme estabelece a nova LDB.

## REALIZAÇÃO



CENPEC

**Diretora Presidente**  
Maria Alice Setubal

**Coordenador Geral**  
Og Roberto Dória

**Coordenação**  
Raquel Léa Brunstein

**Autoras**  
Raquel Léa Brunstein  
Andréa Camara Carrer  
Meyri Venci Chieffi  
Valéria Virgínia Lopes

**Pesquisadores**  
Alice Davanço Quadrado  
Andréa Camara Carrer  
Arlindo Cavalcanti de Queiroz  
Estela Bergamin  
Izabel Brunsizian  
Maria Alice Setubal  
Maria José Reginato Ribeiro  
Meyri Venci Chieffi  
Raquel Léa Brunstein  
Regina Maria Hubner  
Zita Porto Pimentel

**Colaboradoras Especiais**  
Maria Felisminda de Resende e Fusari  
Marisa Timm Sari

**Edição de Texto**  
Marcos Aurélio Pessôa

**Edição de Arte**  
Eva Paraguassú de Arruda Câmara  
José Ramos Nêto

CENPEC - CENTRO DE ESTUDOS E  
PESQUISAS EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA

Rua Dante Carraro 68 - Pinheiros  
05422-060 - São Paulo - SP

[www.cenpec.org.br](http://www.cenpec.org.br)

## INICIATIVA



**unicef**  
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

**Coordenação Geral do Projeto**  
Garren Lumpkin  
Ana Catarina Braga

Fundação Itaú  
**Itaú Social**



FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

